# A TRADUÇÃO DE RISCOS DE DESMATAMENTO: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DAS IMAGENS DE SATÉLITE NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO NA FLORESTA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Ketsia Mwamba Mbuyi[1], Vitor Hugo Klein Junior[2]

## INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC) abriga a segunda maior floresta tropical do mundo, localizada na Bacia do Congo (SIBRET et al., 2022), ecossistema de importância global para a regulação climática e a biodiversidade. No entanto, o país enfrenta um cenário marcado por conflitos armados, instabilidade política, baixo índice de desenvolvimento humano e fragilidade institucional. Nesse contexto, a floresta congolesa é simultaneamente meio de subsistência para milhões de pessoas, ativo disputado por interesses econômicos nacionais e internacionais, e campo de tensão entre exigências globais de conservação e imperativos nacionais de desenvolvimento.

O governo congolês implementou, desde 2002, um moratório que restringe a emissão de novas concessões madeireiras. Contudo, organizações como Greenpeace e Rainforest Foundation denunciam que a exploração madeireira ilegal persiste, muitas vezes com a conivência de estruturas estatais, e que a quase totalidade da exploração industrial ocorre à margem da legalidade (GREENPEACE, 2018; RAINFOREST FOUNDATION, 2025). Paralelamente, a RDC busca projetar-se internacionalmente como uma 'solução climática' na COP30 (Belém, 2025), ao mesmo tempo em que parceiros internacionais, como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), promovem agendas que incentivam a exploração madeireira industrial, gerando contradições entre os próprios atores internacionais.

O estudo sobre ativismo de satélite tem destacado o papel crescente de atores não governamentais na proteção de florestas tropicais. Pesquisas têm demonstrado que o uso de imagens de satélite por ONGs, comunidades indígenas e redes de jornalismo investigativo não é um fenômeno isolado, mas parte de um campo de estudos consolidado que abrange iniciativas em diferentes contextos geográficos (SLOUGH; KOPAS; URPELAINEN, 2021; SEGARRA et al., 2024; VON ESSEN et al., 2026). De acordo com Baker e Williamson (2006, p. 4), o ativismo de satélite refere-se ao uso de imagens de satélite por ONGs, grupos de mídia e pesquisadores para atrair atenção a questões como degradação ambiental e violações de direitos humanos, desafiando o monopólio estatal sobre a produção de dados ambientais.

No contexto do monitoramento florestal, organizações como Greenpeace e Rainforest Foundation utilizam essas ferramentas para produzir evidências visuais que documentam a exploração ilegal, confrontam o discurso oficial e pressionam por mudanças na governança florestal (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 6-7). Estudos recentes, como o de Slough, Kopas e Urpelainen (2021), demonstram que comunidades indígenas na Amazônia peruana que recebem alertas de desmatamento via satélite reduzem a perda de cobertura florestal em até 37% em dois anos. Da mesma forma, Segarra et al. (2024) propõem um arcabouço para o uso crítico do sensoriamento remoto em

[1] Acadêmica do Curso de Administração Pública – CESFI – Bolsista PROIP/UDESC.

[2] Orientador, Departamento de Governança Pública– CESFI – vitor.klein@udesc.br

aliança com comunidades que lutam por justiça ambiental, evidenciando que dados técnicos podem subsidiar narrativas de oposição, processos legais e ações diretas. Von Essen et al. (2026), por sua vez, analisam as dimensões institucionais da capacitação em sensoriamento remoto para monitoramento florestal, destacando os desafios e oportunidades para organizações da sociedade civil.

O papel dos atores não governamentais implica uma reconfiguração do monitoramento e controle de riscos de desmatamento: (1) amplia-se a vigilância ambiental, tornando visíveis práticas antes obscuras; (2) reconfiguram-se as relações de poder entre atores estatais e não estatais; e (3) dados técnicos são convertidos em instrumentos de pressão política, transformando a incerteza científica sobre o desmatamento em riscos reputacionais, regulatórios e operacionais para os diferentes atores envolvidos (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 688-689).

Contudo, denúncias e pressões de atores não governamentais inserem-se em um campo de forças onde outros atores institucionais podem promover agendas contraditórias. A AFD, por exemplo, propôs um programa para incentivar a exploração madeireira industrial na RDC (GREENPEACE, 2017), agravando a situação das comunidades locais, especialmente dos povos indígenas, cujos territórios tradicionais são sobrepostos por concessões madeireiras e projetos de carbono. Essa diversidade de percepções revela que a preservação da floresta é um objeto de múltiplas traduções: para as comunidades indígenas, fonte de subsistência e identidade cultural; para o governo, fonte de lucro e receita fiscal; para técnicos ambientais, recurso nacional a ser gerido para desenvolvimento sustentável; e para ONGs, um sumidouro global de carbono a ser prioritariamente preservado. Diante desse contexto, torna-se importante compreender como os riscos de desmatamento são tratados por diferentes atores, uma vez que os esforços em direção a uma solução particular podem encontrar impasses e resistências.

Para analisar este processo, recorre-se ao referencial teórico de Hardy e Maguire (2020), que propõem os conceitos de “tradução de riscos”, processo pelo qual organizações transformam a incerteza associada a um risco novo em riscos organizacionais mais familiares e geríveis (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 688-689), e “ecologia de riscos”, forma como estas múltiplas traduções interagem ao longo do tempo, produzindo cadeias de reforço que fortalecem ou enfraquecem a percepção do desmatamento como problema público (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 699-700).

Diante desse cenário, a pesquisa parte da seguinte questão central:

*Como o ativismo de satélite atua como mecanismo de tradução de riscos na República Democrática do Congo?*

## DESENVOLVIMENTO

A análise da política ambiental moderna exige uma síntese entre a tradução de risco e a tecnologia da informação. A complexidade do desmatamento em florestas tropicais não pode ser mensurada apenas quantitativamente, pois envolve incertezas científicas e disputas discursivas que moldam a gestão do território. Para compreender essas dinâmicas, a literatura sobre governança ambiental tem se dedicado a duas frentes principais: o ativismo de satélite e a tradução de riscos.

A disseminação de práticas de monitoramento e denúncia de crimes ambientais por atores não governamentais tem sido descrita pela literatura como ativismo de satélite. De acordo com Baker e Williamson (2006, p. 4), o termo refere-se à emergência de novos usuários de imagens de satélite, especialmente organizações não governamentais (ONGs), grupos de mídia, organizações multilaterais e pesquisadores acadêmicos, que passaram a acessar e utilizar dados de sensoriamento remoto para atrair atenção a questões como degradação ambiental, violações de direitos humanos e preocupações de segurança internacional, desafiando o monopólio estatal sobre a produção de dados ambientais.

O fenômeno insere-se em uma tendência mais ampla de transparência global, impulsionada pela convergência de novas tecnologias de informação e comunicação com desenvolvimentos políticos e econômicos (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 5). Os autores identificam quatro desenvolvimentos fundamentais que contribuíram para a atual acessibilidade mundial a imagens de satélite: (1) avanços computacionais; (2) softwares amigáveis; (3) redução de custos; e (4) disseminação digital (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 4-5). No contexto do monitoramento florestal, organizações como Greenpeace, Rainforest Foundation e Mighty Earth utilizam essas ferramentas para produzir evidências visuais que documentam a exploração ilegal, confrontam o discurso oficial e pressionam por mudanças na governança florestal (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 6-7).

Estudos recentes têm ampliado esse campo de investigação. Slough, Kopas e Urpelainen (2021) demonstraram que comunidades indígenas na Amazônia peruana que recebem alertas de desmatamento via satélite reduzem a perda de cobertura florestal em até 37% em dois anos. Segarra et al. (2024) propõem um arcabouço para o uso crítico do sensoriamento remoto em aliança com comunidades que lutam por justiça ambiental, evidenciando que dados técnicos podem subsidiar narrativas de oposição, processos legais e ações diretas. Von Essen et al. (2026), por sua vez, analisam as dimensões institucionais da capacitação em sensoriamento remoto para monitoramento florestal, destacando os desafios e oportunidades para organizações da sociedade civil.

Sob a perspectiva analítica de Boyd (2010, p. 902-910), o ativismo de satélite pode ser compreendido por meio das práticas que conferem a um problema a estabilidade e coerência necessárias para sustentá-lo como objeto de governança. As imagens de satélite produzem evidências quantificáveis, áreas desmatadas em hectares, emissões de carbono estimadas, coordenadas geográficas precisas, que tornam o desmatamento mensurável, mapeável e objetivamente verificável. Contudo, esse processo revela-se ambivalente: ao tornar a floresta um objeto de governança por meio de medidas como hectares e toneladas de carbono, ele simultaneamente apaga o componente humano, transformando territórios vividos em mercadorias transacionáveis para mercados externos (BOYD, 2010, p. 902-910). Essa dinâmica gera um paradoxo: a própria tentativa de mitigação do risco pode criar novos riscos, especialmente para as comunidades locais, que são excluídas do processo de tradução.

Apesar de seu potencial, o ativismo de satélite enfrenta desafios significativos. Baker e Williamson (2006, p. 9) destacam que “muitos ativistas carecem de treinamento formal e experiência nas disciplinas de sensoriamento remoto”, correndo o risco de “adicionar mais ruído do que luz a debates políticos importantes” (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 9). Além disso, os custos elevados de aquisição de imagens de alta resolução e as restrições de acesso a dados em áreas de conflito são obstáculos recorrentes (BAKER; WILLIAMSON, 2006, p. 8).

Paralelamente, a análise da atuação de organizações não governamentais no monitoramento florestal exige um quadro teórico que vá além das abordagens tradicionais de avaliação quantitativa de riscos. Riscos ambientais complexos, como o desmatamento tropical, caracterizam-se por incerteza científica, causalidades complexas, escala global, longos horizontes temporais e efeitos potencialmente catastróficos (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 688). É nesse contexto que os conceitos de “tradução de riscos” e “ecologia de riscos”, propostos por Hardy e Maguire (2020), tornam-se centrais. O conceito de “tradução de riscos” (p. 688-689) descreve o processo pelo qual organizações transformam a equivocidade associada a um risco novo em riscos organizacionais mais familiares e geríveis, tais como riscos reputacionais, regulatórios, operacionais ou profissionais.

A articulação entre esses dois corpos teóricos, ativismo de satélite; tradução e ecologia de riscos, oferece as ferramentas analíticas necessárias para investigar como diferentes atores constroem socialmente o desmatamento como problema público e como as evidências visuais produzidas por

imagens de satélite atuam nesse processo, convertendo a incerteza científica sobre a perda florestal em riscos reputacionais, regulatórios e operacionais para os agentes envolvidos.

Este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, adotando uma abordagem interpretativa para desvendar as assimetrias de poder sob os dados técnicos. A lógica da investigação buscou confrontar o discurso diplomático da RDC com a realidade material das comunidades indígenas, conforme destacado pela literatura sobre governança ambiental e ativismo de satélite (BAKER; WILLIAMSON, 2006; BOYD, 2010; HARDY; MAGUIRE, 2020).

A coleta de dados estruturou-se em dois pilares: (1) Análise documental: realizada a partir de relatórios de organizações não governamentais (Greenpeace, Rainforest Foundation), documentos oficiais do governo congolês, comunicados da Central African Forest Initiative (CAFI), materiais da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e investigações jornalísticas transnacionais, como o estudo "Carbon credits in the Congo: the cost of capture" (PULITZER CENTER, 2025) e "Novo relatório expõe apropriação de terras por carbono que se espalha pela Bacia do Congo" (RAINFOREST FOUNDATION, 2025), produzidos pelo Pulitzer Center e pela Rainforest Investigations Network. Em segundo, (2) Entrevistas semiestruturadas: diálogos estratégicos realizados com atores-chave, conforme detalhado no Quadro 2 do artigo. Foram entrevistados: um técnico ambiental da Direção de Inventário e Florestal (DIAF) (E1); o diretor do Observatório Satelital das Florestas da África Central (OSFAC) (E2). As entrevistas com E1 e E2 foram gravadas e transcritas na íntegra, com duração de 60 e 40 minutos, respectivamente. Foram conduzidas com base em um roteiro semiestruturado que abordou temas como percepções sobre o desmatamento, avaliação das políticas florestais, papel das imagens de satélite e desafios para a governança florestal (GASKELL, 2002).

Os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico adotado notadamente os conceitos de tradução de riscos e ecologia de riscos (HARDY; MAGUIRE, 2020) e a noção de ativismo de satélite (BAKER; WILLIAMSON, 2006), permitindo identificar as diferentes traduções do risco de desmatamento produzidas pelos atores envolvidos, bem como as interações e retroalimentações entre elas.

## RESULTADOS

### 4.1 Pluralidade de Atores e a Ecologia de Riscos de Desmatamento na RDC

A pluralidade de atores e traduções de risco se destaca como o primeiro eixo temático emergente da análise, evidenciando que o desmatamento é traduzido de maneiras distintas conforme a posição institucional e os interesses de cada ator envolvido na governança florestal da RDC. Essa diversidade de percepções e estratégias forma o que Hardy e Maguire (2020, p. 699-700) denominam ecologia de riscos, um sistema dinâmico no qual múltiplas traduções interagem, se influenciam mutuamente e produzem efeitos cumulativos que fortalecem ou enfraquecem a percepção do desmatamento como problema público.

Para organizações não governamentais como o Greenpeace e a Rainforest Foundation, o desmatamento é traduzido como risco reputacional e regulatório. Essas organizações dependem da produção de evidências para denunciar, e as denúncias baseadas em imagens de satélite tornam-se instrumentos centrais de pressão. Conforme documentado no relatório "Desmatamento na África: Governo da RDC viola a lei" (GREENPEACE, 2018), as denúncias baseadas em imagens de satélite expõem a desconexão entre o discurso diplomático do país e as dinâmicas concretas de uso do solo, forçando o governo a responder publicamente às acusações. O risco, para essas organizações, está em não produzir evidências convincentes ou em não manter pressão suficiente sobre os agentes do desmatamento, o que comprometeria sua legitimidade e apoio público (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 688-689).

Para o governo congolês, o mesmo fenômeno é traduzido como risco financeiro e diplomático. A continuidade do desmatamento e as denúncias de ilegalidades podem resultar em sanções internacionais e perda de financiamento. A Central African Forest Initiative (CAFI, 2021, p. 2-3) condiciona o desembolso de até 500 milhões de dólares ao cumprimento de metas de redução do desmatamento, evidenciando o peso financeiro da pressão internacional sobre o governo congolês. O governo, portanto, traduz o desmatamento como uma ameaça à sua capacidade de manter o fluxo de recursos internacionais e de projetar uma imagem de 'solução climática' no cenário global, papel que buscou reforçar durante a COP30, em Belém (2025). O risco, para o governo, está em não demonstrar progressos suficientes na governança florestal, o que poderia resultar em constrangimentos diplomáticos e perda de credibilidade perante parceiros internacionais.

Para as empresas madeireiras, o desmatamento traduz-se como risco operacional e de mercado. A possibilidade de novas regulações, suspensão de concessões e boicotes por parte de consumidores e investidores sensíveis a questões ambientais representa uma ameaça direta aos seus negócios. A exposição midiática gerada pelas denúncias baseadas em imagens de satélite pode afetar sua reputação e sua participação no mercado, gerando respostas estratégicas como lobby, questionamento das denúncias e, em alguns casos, acusações de que as ONGs estariam prejudicando o desenvolvimento nacional (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 689).

Para as comunidades locais e povos indígenas, o desmatamento traduz-se como risco territorial e cultural. A sobreposição de seus territórios tradicionais com concessões madeireiras e projetos de carbono ameaça diretamente seus meios de subsistência, sua identidade cultural e sua segurança territorial. Como observou o técnico ambiental da Direção de Inventário e Florestal (DIAF) (E1), os mecanismos de compensação não beneficiam as populações locais, que continuam marginalizadas e, em muitos casos, expulsas de suas terras sob o pretexto de "proteger a floresta" (E1, 2026).

Para os técnicos ambientais congoleses, o desmatamento é traduzido como risco de soberania e desenvolvimento. A pressão internacional contra a exploração de recursos florestais é vista, por esses atores, como uma estratégia para manter o país subordinado a interesses externos, reproduzindo dinâmicas coloniais de extração de recursos sem beneficiar efetivamente a população congolesa. Para eles, a floresta é um recurso nacional a ser quantificado, ordenado e gerido para um desenvolvimento sustentável e soberano.

O exame dessas diferentes traduções do risco de desmatamento evidencia que a governança florestal na RDC é atravessada por assimetrias de poder que condicionam não apenas o acesso a recursos e ferramentas técnicas, mas também a própria capacidade de definir o que conta como 'risco' e quais estratégias de mitigação são legítimas. Como destacou o diretor do Observatório Satelital das Florestas da África Central (OSFAC) (E2):

> "As comunidades locais não têm acesso às mesmas ferramentas de monitoramento disponíveis para ONGs e governos. Isso as coloca em posição de desvantagem na disputa sobre o que conta como 'risco' e quem tem legitimidade para agir." (E2, 2026)

Organizações com mais recursos, como doadores internacionais e grandes ONGs, têm maior capacidade de traduzir o desmatamento em riscos que lhes são favoráveis, enquanto atores periféricos, como comunidades locais e técnicos de nível médio, frequentemente se adaptam passivamente às definições de risco que lhes são impostas (HARDY; MAGUIRE, 2020, p. 704-705).

O mercado de créditos de carbono, concebido como instrumento econômico para mitigação das mudanças climáticas (IPCC, 2021), opera como um campo de disputa que aprofunda essas assimetrias. Por um lado, mecanismos como o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e

Degradação Florestal) criam incentivos financeiros para a conservação florestal, transformando a floresta em "um ativo que pode ser mais valioso em pé do que derrubado" (MANGION, 2010, p. 67). Por outro lado, sua operacionalização na RDC tem evidenciado que a tradução do risco climático global beneficia desproporcionalmente atores globais, doadores internacionais, compradores de créditos e intermediários, em detrimento das comunidades locais, que são excluídas do processo de tomada de decisão e dos benefícios prometidos.

Essas assimetrias de poder, que se manifestam no acesso a ferramentas técnicas, na capacidade de influenciar a agenda política e na distribuição dos benefícios gerados pelos mercados de carbono, são aprofundadas na seção seguinte, que examina como a exclusão das comunidades locais do processo de tradução de riscos produz efeitos concretos sobre seus territórios e modos de vida.

**4.2 Assimetria de Poder e Exclusão das Comunidades Locais**

A pesquisa revela que a assimetria de poder se manifesta de forma mais aguda na exclusão das comunidades locais do processo de tradução de riscos. O risco climático global foi traduzido com sucesso para doadores internacionais e compradores de créditos de carbono, mas não foi traduzido para as comunidades locais, que permanecem alheias ao processo e não possuem ferramentas para participar ou questionar.

A seção anterior evidenciou que a ecologia de riscos na RDC é marcada por múltiplas traduções do desmatamento, as quais refletem posições assimétricas no campo da governança ambiental. Esta seção aprofunda a análise das assimetrias de poder, demonstrando como a tradução do risco climático global se revela incompleta, ou seja, beneficia atores globais (doadores, compradores de créditos de carbono) em detrimento das comunidades locais, que são excluídas do processo de tradução e têm seus direitos territoriais violados.

Hardy e Maguire (2020, p. 685) argumentam que a tradução bem-sucedida de um risco emergente exige que ele se torne "acionável" para todos os atores envolvidos. No caso do desmatamento na RDC, os resultados indicam que o risco climático global foi traduzido com sucesso para doadores internacionais e para o mercado de carbono, que lucraram com os créditos, mas não foi traduzido para os guardiões locais da floresta.

O caso do projeto Isangi REDD+, investigado pelo Pulitzer Center (2025), ilustra essa tradução incompleta. A empresa Safbois/Jadora converteu uma concessão madeireira em um projeto de créditos de carbono na região de Isangi (Província de Tshopo, RDC). Embora o projeto tenha sido certificado pela Verra para vender créditos em setembro de 2014 e tenha realizado sua primeira venda em maio de 2015, as comunidades locais só foram informadas e convidadas a assinar um contrato de consentimento em dezembro de 2019 (PULITZER CENTER, 2025). Isso significa que o projeto operou por mais de quatro anos comercializando créditos de carbono sem o consentimento das populações cujas terras eram utilizadas, violando as diretrizes da Verra e a legislação nacional da RDC.

A fala de Litete Emmanuel, morador de Yafunga (Província de Tshopo, RDC), sintetiza essa assimetria de conhecimento:

> "Nós não sabemos nada sobre créditos de carbono. Nós não entendemos como funciona. Eles ficam nos dizendo que estão usando satélites, e que mostra que estamos extraindo carbono. Mas nós não temos nenhuma ferramenta, nós não temos nada." (LITETE apud PULITZER CENTER, 2025)

O depoimento acima ressalta como, apesar da tecnologia de imagens de satélite tornar a floresta mensurável e verificável para os mercados globais (BOYD, 2010, p. 902-910), ela permanece opaca para as comunidades que nela vivem. O processo de quantificação, que transforma a floresta

em hectares desmatados e toneladas de carbono, apaga o componente humano, tornando invisíveis as complexidades sociais, os direitos territoriais e as relações de subsistência das populações locais.

A tradução mostra-se igualmente incompleta no que tange aos benefícios prometidos. O contrato assinado em 2019 com 39 chefes de aldeia prometia 30 escolas, 10 centros de saúde e o pagamento anual de 300 dólares por aldeia (PULITZER CENTER, 2025). Em troca, as comunidades se comprometiam a não realizar atividades agrícolas, pastorais ou madeireiras em suas terras. No entanto, a investigação revelou que, até 2024, a única escola construída estava em condições precárias, e o pagamento anual não era feito há cerca de sete anos (PULITZER CENTER, 2025).

Vittoria Moretti, da Rainforest Foundation UK, descreve a situação como uma forma de violência material:

> "Há vilarejos onde as comunidades não podem nem cortar um pedaço de madeira para construir portas para suas casas... Alguns não podem nem construir um caixão para enterrar seus mortos por causa desse controle estrito sobre suas terras. Tudo isso por algumas escolas e hospitais?" (MORETTI apud PULITZER CENTER, 2025)

O técnico ambiental da Direção de Inventário e Florestal (DIAF) (E1) corrobora essa percepção ao afirmar:

> "Os grandes riscos, na minha opinião, é a compensação.... O povo indígena não se beneficia daqueles que deveriam se beneficiar. E aí, eles vão continuar a pressionar a floresta. Os mecanismos de compensação não funcionam. A estrutura é pesada, burocratizada e corrupta. Os fundos se perdem no caminho." (E1, 2026)

A fala de Litete Emmanuel expressa o paradoxo central da exclusão das comunidades:

"Nós não contestamos que o solo pertence ao Estado, mas, e as pessoas que têm mantido a floresta? Nós não temos direitos?" (LITETE apud PULITZER CENTER, 2025)

Essa pergunta revela que a tradução do desmatamento operada pelo ativismo de satélite e pelos próprios projetos de carbono, ao reduzir a floresta a um estoque de carbono transacionável (BOYD, 2010), gera um novo risco: a exclusão e a marginalização dos povos que historicamente guardam a floresta. Essa tradução incompleta não apenas falha em proteger as comunidades, mas pode paradoxalmente intensificar a pressão sobre o ecossistema, na medida em que os guardiões locais, sem alternativas de subsistência, são levados a 'continuar pressionando a floresta' (E1, 2026).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados encontrados, a governança florestal na República Democrática do Congo é marcada por múltiplas e conflitantes traduções do risco de desmatamento, que refletem interesses divergentes e posições assimétricas no campo da governança ambiental. O ativismo de satélite, ao produzir denúncias baseadas em imagens e dados geoespaciais, exerce pressão sobre o governo congolês e seus parceiros internacionais, mas encontra resistências institucionais e interpretações alternativas que relativizam sua eficácia.

A pesquisa evidencia que a tradução do risco climático global é incompleta, beneficia atores globais (doadores, compradores de créditos de carbono) em detrimento das comunidades locais, que são excluídas do processo e têm seus direitos territoriais violados. Há evidências de que o ativismo de satélite consegue documentar e denunciar o desmatamento, mas sua capacidade de promover mudanças efetivas na governança florestal é comprometida pela falta de participação e benefício das populações locais.

Em síntese, este trabalho cumpre com o objetivo de analisar como o ativismo de satélite atua como mecanismo de tradução de riscos na RDC, agregando e auxiliando a compreensão dos processos de governança ambiental global, destacando a importância de que a tradução de riscos seja

acompanhada de mecanismos que garantam a participação e o benefício das populações locais, bem como o respeito à soberania econômica dos países em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** ativismo de satélite; desmatamento; ecologia de riscos; governança florestal; República Democrática do Congo; tradução de riscos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Hardy. Cynthia & Maguire. Steve. (2020). Organizations, Risk Translation, and the Ecology of Risk: The Discursive Construction of a Novel Risk. Academy of Management journal. Vol .63, No. 3,685- 716.

Baker, J. C., & Williamson, R. A. (2006). Satellite imagery activism: Sharpening the focus on tropical deforestation. Singapore Journal of Tropical Geography, 27, 4-14.

Greenpeace. Desmatamento na África: Governo da RDC viola a lei. Paris, 28 de fev. 2018. Disponível em: https://www.greenpeace.fr/deforestation-afrique-gouvernement-de-rdc-loi/. Acesso em: 06 de out. 2025.

Rainforest Foundation. Nova pesquisa conclui que a maior parte da exploração madeireira industrial na RDC é ilegal. Inglaterra, 15 de jul. 2025. Disponível em: https://www.rainforestfoundationuk.org/new-research-finds-that-nearly-all-industrial-logging-in-the-drc-is-illegal/. Acesso em: 18 de out. 2025.

Rainforest Foundation. Novo relatório expõe apropriação de terras por carbono que se espalha pela Bacia do Congo. Inglaterra, 14 de out. 2025. Disponível em: https://www.rainforestfoundationuk.org/new-report-exposes-carbon-land-grab-sweeping-across-the-congo-basin/. Acesso em: 18 de out. 2025.

Greenpeace. Exploração madeireira na África: o que a AFD está fazendo? Paris, 15 de maio. 2017. Disponível em: https://www.greenpeace.fr/exploitation-forestiere-afrique-a-quoi-joue-lafd/. Acesso em: 06 de out. 2025.

BOYD, William. Ways of seeing in environmental law: how deforestation became an object of climate governance. California Law Review. v. 98, n. 6, p. 2027–2075, 2010.

HARDY, Cynthia; MAGUIRE, Steve. Organizing risk: organization and management theory for the risk society. Academy of Management Annals. v. 14, n. 2, p. 1032–1066, 2020.

CAFI. The Democratic Republic of the Congo. *Central African Forest Initiative*, 2025

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano: Tempos incertos, vidas instáveis: construir o futuro num mundo em transformação. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022.

PULITZER CENTER. Carbon credits in the Congo: the cost of capture, part 2. Rainforest Investigations Network, 2025.

SEGARRA, J. et al. The role of critical remote sensing in environmental justice struggles. Progress in Environmental Geography, v. 3, n. 3, p. 185-211, 2024.

SLOUGH, T.; KOPAS, J.; URPELAINEN, J. Satellite-based deforestation alerts with training and incentives for patrolling facilitate community monitoring in the Peruvian Amazon. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 118, n. 29, e2015171118, 2021.

VON ESSEN, M. et al. Institutional dimensions of remote sensing capacity for tropical forest monitoring. Environmental Research Letters, v. 21, 2026.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Cambridge University Press, 2021.

MANGION, M. REDD+ e o mercado de carbono. In: Anais..., 2010.